

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 19 DE MARÇO DE 2025 DO CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ – CEPI/PR

Ao décimo nono dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às nove horas da manhã reuniram-se ordinariamente para reunião descentralizada no Colégio Estadual Cacique Kofej localizado no município de São Jerônimo da Serra, conselheiros titulares e suplentes do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR, Sociedade Civil e Poder Público Convidados e Ouvintes. Participantes: **Conselheiros da Sociedade Civil:** Miguel Alves (titular)/Etnia Kaingang; Adriano da Sila (titular)/Etnia Xetá; Eloy Jacintho (titular)/Etnia Guarani; Anderson da Silva (suplente)/Etnia Xetá; Reinaldo Karai Fernandes (suplente)/Etnia Guarani; Geovane Machado dos Santos (suplente)/Etnia Kaingang; Marcia Jerá Pires (titular)/AMIOR; Angelo K. Rufino (titular)/Etnia Kaingang; Celio Timoteo (suplente)/Etnia Guarani; Fátima Koyo Lourenço (titular)/Etnia Kaingang; Wallace Raulino Sampaio (suplente)/Guarani; Izaias Benites (titular)/Etnia Guarani. **Conselheiros Governamentais:** Gustavo Mussi/CCIVIL; **Online:** Adriano; André/SESP; Cláudio Pereira CR-GPU/FUNAI; Claudia Straude/SEED; Daniel Andreatta/SEDEF; Dulcinéia/SETI; Felipe Kamaroski; Josi/MUPA/SESC; Lourival/SEED; Lucas NUPIER/DPE-PR; Luiz/COHAPAR; Marco/Viaje Paraná; Mateus Camilo/Estagiário IAT; Melissa/SEED; Profº Renê Wagner Ramos; Reginaldo/SANEPAR; Rosane/SESA; Schirle Branco/IAT; Silas Ubirajara Donato de Oliveira (suplente)/Etnia Kaingang; Ge Figueiredo/COPCT. **Secretaria Executiva:** Taise Alessandra Passos. **Convidados/Ouvintes:** Selia Ferreira Juvênia (FUNAI); Luiz Henrique Vieira da Silva (COPCT); Luís Alavõn-fy Juvêncio (FUNAI); Marlene do Carmo Veloso (FUNAI); Marcos Cezar da Silva (FUNAI); Brenda Capelari (FUNAI); Ana Almeida (IDR); Adilson G. Carneiro (Vice Cacique de São Jerônimo da Serra); Marcelo Noratz (liderança); Julia Azar da Silva/Etnia Xetá; Claudinei Wargas/Etnia Guarani; Jaciara Narg Vargas (Professora de Língua Kaingang); Elaine Nato Guimarães (Professora); Erenice Rodrigues Carriel (Professora); Edilene K. Amaral Merces; Viviana V. Nonato (Professora); Welle C. Cabreira de Lima (Professor); Josiane Rodrigues (Professora); Edivania da Silva Rodrigues (Pedagoga); Edna Jorge da Silva Moraes (Pedagoga); Ilma da Silva (Professora); Michael da Silva (Professor); Kaone dos Santos Siqueira (Professora); Pedro Felipe Valério Gomes (Professor); Joana Marques da Silva Moraes (Diretora); Edina Maria de Oliveira dos Sanros (Professora); Odair da Silva (Professor); Jose da Silva (agente escolar); Valdemir Moraes (Professora); Valdemir Moraes (professora); Gilson da Silva (professor); Danter Amaral (professora); Valdinei Pedro (Professor); Dione Amaral (Professor); Izandel Daka (Professor); Dimas Amaral (Professor); Neiva P. Martins (Professora); João dos Santos (Aluno);

33 Brenda (Aluna); Arieli da Silva (Aluno); Johanna Ribeiro (Aluna); Monique (Aluna); Yuri da Silva
 34 (Aluno); Angela da Silva (Pedagoga); Edimo Ferreira (agente Indígena); Vanessa de Souza
 35 (Professora); Katiane Siquira (Professora); Suzana da Silva (Professora); Jaqueline Gregorio
 36 (técnica de enfermagem); Suiane Reis (Professora); Suy Amaral (Serviços gerais de Saúde); Alair
 37 Proencio (Auxiliar Administrativo); Silvana Gregorio; Leandro da Silva (Professor); Marcus
 38 Gregorio (liderança); Jacylin da Silva (liderança); Heldli Pedro (serviços gerais); Leivy Fernandes
 39 (Serviços Gerais); Odaiza Olieira (Professora). O vice-presidente do conselho, **Miguel Alves/Etnia**
 40 **Kaingang**: realiza a abertura do último dia de reunião, agradecendo a comunidade e aos que se
 41 fizeram presentes. **Pauta 14 – Programa Nossa Gente Paraná: Ana Carolina/IDR:** explicou que
 42 o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná é responsável por muitos projetos, esses são
 43 voltados a agricultura familiar. Apresenta políticas públicas de assistência técnica as comunidades
 44 para melhorar a produção e distribuição, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), um
 45 serviço de educação não formal que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e
 46 comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, sejam
 47 agroextrativistas, florestais ou artesanais. O objetivo é promover desenvolvimento rural sustentável.
 48 Explica que trabalha na área de promoção social e cidadania onde trabalhamos com famílias de
 49 produtores rurais em situação de vulnerabilidade e a prioridade são povos e comunidades
 50 tradicionais, mulheres e jovens. O programa Nossa Gente Paraná, antigo Família Paranaense, possui
 51 vários projetos e envolvimento de várias instituições, também com a participação da comunidade
 52 para viabilizar. Utilizando o Cadastro Único eles conseguem ver o índice de vulnerabilidade social
 53 da população, assim trabalham com vários setores para implementar as ações. A estrutura é:
 54 Unidade Gestora Estadual - Comitês Regionais - Comitês Municipais - Comitês Locais - Família.
 55 Os programas do projeto incluem um contato com a família para fazer um planejamento de como
 56 melhorar a produção delas e então fazer o repasse de recursos. Muitas comunidades se organizam
 57 para que várias famílias recebam o repasse e aí se unem para construir algo de toda a comunidade.
 58 Tem projetos voltados a segurança alimentar, mas muitas vezes também contribui para renda. Para
 59 entrar é preciso ter renda de no máximo setecentos e cinquenta e nove reais por pessoa, se inscrever
 60 no Programa Nossa Gente Paraná, ter Cadastro Único atualizado a no máximo dois anos e residir
 61 em área rural no município participante do Programa Nossa Gente Paraná. Depois que a família
 62 recebe a explicação de como funciona, das regras, a assinatura do termo de adesão e conta bancária.
 63 O Projeto Renda Agricultor Familiar faz repasses de no máximo seis mil duzentos e oitenta e seis e
 64 oito centavos, dividido em duas vezes, após receber a primeira metade a família deve utilizar

65 devidamente, então um técnico do IDR Paraná vai fiscalizar para ver se aplicaram a verba e
 66 recolher os recibos, depois será feito o repasse da última parte. O dinheiro pode ser usado para:
 67 produção de autoconsumo, atividades de geração de renda e uma parte do dinheiro pode ser usado
 68 também para saneamento básico. Já o Projeto Inclusão Produtiva Solidária é coletivo, para famílias
 69 que querem fazer projetos em conjunto ou em comunidades que já tem uma estrutura e objetivos
 70 comum, vai desde construção de estrutura a plantação, cada família recebe sua parte individual e
 71 eles investem juntos. Este projeto é só para geração de renda, não pode para autoconsumo ou
 72 saneamento básico, os critérios são os mesmos, mas quem já participou do projeto de Renda
 73 Agricultor Familiar e usou o recurso direitinho pode participar desse sem precisar cumprir o critério
 74 de renda, para dar continuidade do que foi feito no projeto individual. Cada famílias recebe seis mil
 75 duzentos e oitenta e seis e oito centavos, antes disso são feitos regulamentos, cursos de capacitação,
 76 uma poupança para manutenção e organização de todo esquema de trabalho. Quando as famílias
 77 recebem o recurso novamente se reúnem para organizar, nesse a renda vem em uma única parcela
 78 tudo junto e já precisa começar a usar o recurso e comprovar. Para o projeto dar certo precisam
 79 sempre de parcerias, comprometimento e apoio das instituições e comunidades. **Selia/FUNAI:** diz
 80 que tem poucos funcionários para acompanhar e os indígenas precisam que seja muito bem
 81 acompanhado, mas em parceria com a comunidade, e quando a FUNAI foi convidada a participar
 82 funcionou bem. Mas hoje o estado já não chama mais a FUNAI para fazer essa parceria e necessário
 83 trabalhar em conjunto. **Eloy/Etnia Guarani:** aponta que seria importante se conseguissem dentro
 84 dessa escuta qualificada, desse diagnóstico que o conselho tá se propondo a fazer de
 85 descentralizadas reuniões, estar nos territórios, podiam se juntar para fazer um levantamento e saber
 86 quais comunidades estão sendo contempladas e quais não tem acesso. Assim podem melhorar esse
 87 atendimento, essa relação. Também tem as visitas do Projeto Aproxima, é importante que tivessem
 88 pessoas para ir junto ao projeto fazer esses diagnósticos e levantamentos. **Encaminhamento:**
 89 solicitar que o Projeto Aproxima convide o IDR equipe do “Nossa Gente Paraná” a participar de
 90 susas ações. **Daniel/SEDEF:** sugeriu que o IDR, a SEDEF e o CEPI para que divulguem essa
 91 apresentação ou um modelo reduzido dela para todas as comunidades indígenas do Paraná.
 92 **Encaminhamento:** fazer um modelo condensado, como uma cartilha, da apresentação do IDR para
 93 divulgar entre as comunidades; pauta para próxima reunião para levar o CADÚnico às
 94 comunidades, tanto atualização quanto cadastro. **Miguel Alves/Etnia Kaingang:** recomenda que
 95 sejam feitas capacitações dentro das comunidades indígenas para que elas tenham autonomia e
 96 formação para montar o programa, assim como a necessidade de técnicos indígenas dentro desses

97 projetos do estado. **Encaminhamento:** solicitar ao IDR, programa “Nossa Gente”, para fazer uma
 98 formação aos jovens indígenas para aprender a se inscrever e montar projetos, oferecendo parceria.
 99 **Câmara Direitos Humanos – Pauta: resposta do CEDCA sobre entrega de cestas básicas a**
 100 **crianças indígenas.** **Gustavo Mussi/CCivil:** explicou que a solicitação foi feita para fazer um
 101 levantamento sobre os órgãos que fornecem cestas básicas, mas o CEDCA respondeu que fizeram
 102 essa ação devido a situação excepcional da pandemia. Sugere que o conselho ateste ciência e
 103 arquive o protocolo. **Encaminhamento:** arquivar protocolo. **Câmara de Território, Moradia,**
 104 **Meio Ambiente e Saúde - Pauta: Abastecimento de água em Guaíra: Secretaria**
 105 **Executiva/Taise Alessandra Passos:** explica que foi encaminhado um ofício por parte do conselho
 106 para a SANEPAR, o DSEI e o Ministério Público para tratar das questões de acesso a água tratada
 107 nas comunidades indígenas de Guaíra. A resposta da SANEPAR foi, resumidamente, que não
 108 podiam fazer o atendimento sem o aval do município pois é em parceria, e no caso de Guaíra e
 109 Terra Roxa ainda existe o caso dos conflitos territoriais. Tem também a resposta do DSEI
 110 detalhando os abastecimentos semanais que ocorrem na região. Já a resposta do Ministério Público
 111 foi que em dois mil e vinte e quatro, dezesseis comunidades foram incluídas em um projeto de
 112 abastecimento e saneamento básico na SANEPAR, ainda em desenvolvimento.
 113 **Reginaldo/SANEPAR:** informa que mais cinco comunidades estão para ser contempladas, ano
 114 passado foi enviada uma proposta de cooperação com o município de Guaíra, mas foi recusada. O
 115 Ministério Público também os provocou a fazer o fornecimento de água na região na maneira que
 116 fosse possível, mesmo que precária, o que está sendo realizado. Até para fazer o reservatório
 117 precisam da anuência do município, mas já havendo a anuência a empresa pode fazer o
 118 abastecimento contanto que alguma forma de pagamento seja organizada. É uma solução provisória
 119 até que seja resolvida a situação fundiária, na medida que haja regularização podem fazer um
 120 projeto para estruturas mais permanentes. **Eloy/Etnia Guarani:** relata durante a visita técnica
 121 realizada nas comunidades receberam relatos de que o abastecimento é muito precário, há
 122 comunidades que ficam por períodos muito longos sem água. **Izaias Benites/Etnia Guarani:**
 123 pergunta quais seriam as alternativas para conseguir caixas d’água maiores nas comunidades que
 124 tem em falta. **Reginaldo/SANEPAR:** informa que o DSEI tem comprado caixas d’água, instalado e
 125 então combinam de fazer o abastecimento. Combinam geralmente com a Daniele, imagina que
 126 tenham algumas reservas. Também relata que há possibilidade da Itaipu fornecer caixas d’água.
 127 Argumenta que a atuação mais racional seria falar com o distrito e a Itaipu para fornecer as caixas e
 128 solicitar o aumento do abastecimento. Também é possível fazer um ofício à SEDEF que inclua,

129 numa excepcionalidade, junto ao programa Caixa d'Água Boa, detalhando a região e quantidade, é
 130 um programa voltado as áreas urbanas, mas pode ser solicitado uma excepcionalidade.

131 **Encaminhamento:** solicitar ao Dsei que forneçam as caixas d'água necessárias nas comunidades
 132 de Guaíra e Terra Roxa. Solicitar a SEDEF que inclua, como uma excepcionalidade, as
 133 comunidades indígenas nas retomadas de Guaíra e Terra Roxa no programa Caixa d'Água Boa,
 134 detalhando os locais e quantidades; informar a SANEPAR que está tendo uma irregularidade no
 135 atendimento da Tekoha Okaju e precisa haver mais frequência no abastecimento; Izaías ficou de
 136 fazer o levantamento com as comunidades para saber a quantidade e locais a solicitar.

137 **Reginaldo/SANEPAR:** informa que as Aldeias Indígenas Nhemboete, Pohã Renda, Taji Poty,
 138 Yvyraty Porã e Ivy Porã serão contempladas com instauração de estruturas e fornecimento de água.

139 **Izaías Benites/Etnia Guarani:** Informa que na Tekoha Okaju não está tendo fornecimento diário
 140 de água, como indicado em um dos ofícios de resposta, a informação está errada. **Eloy/Etnia**
 141 **Guarani:** aponta que hoje há uma facilidade para fazer esses levantamentos pelo whats, mas em
 142 muitos casos ele vai precisar se locomover e não está sendo muito pensado isso, principalmente
 143 quem conhece a região e sabe a dificuldade, é preciso analisar isso pois não é fácil fazer um
 144 levantamento como esse sem auxílio e estrutura. **Izaías Benites/Etnia Guarani:** reforça a fala,
 145 pois, a locomoção entre as aldeias pode ser longa e com percursos perigosos. **Eloy/Etnia Guarani:**

146 Aponta a problemática de serem passadas informações erradas ao conselho, pois são levadas a sério
 147 e repassadas para encaminhamento, é preciso haver mais seriedade nos levantamentos.

148 **Encaminhamento:** responder o ofício do MP e DSEI pontuando equívoco nas informações de
 149 abastecimento fornecidas, solicitando maior atenção e checagem em campo para que se evite a
 150 circulação de informações erradas. **Pauta - relatório da visita técnica junto a comissão de**

151 **resolução de conflitos fundiários:** **Eloy/Etnia Guarani:** realiza um relato da visita, foi uma
 152 convocação do TJPR nos dias vinte e oito, vinte e nove e trinta de janeiro nos territórios de Guaíra e
 153 Terra Roxa, com uma equipe extensa. Foi exposto por uma liderança que já ocorreram várias
 154 visitas, todos os problemas já foram identificados, mas acharam necessário novamente pisar no
 155 território para olhar as pessoas que estão sendo atacadas. O que acontece ali não é um conflito, pois,
 156 isso sugere que o outro lado tem como se defender, o que não é o caso. Nessas visitas identificamos
 157 situações muito graves, em especial duas delas em que houve relatos de que não estão recebendo
 158 atendimento. Trata-se do menino que foi baleado em um dos ataques, que está sem atendimento ou
 159 qualquer auxílio para infraestrutura adequada, com alegações de que seria pela falta de
 160 documentação. Também informa que houve liberação de verba pela Itaipu para compra de terrenos

161 na região. **Miguel Alves/Etnia Kaingang:** informa que no dia dez de abril os estudos para compra
 162 de terreno pela Itaipu serão iniciados, o que será acompanhado por integrantes do conselho. Foi
 163 falado com a SESAI sobre a documentação de alguns indígenas, causa espanto que um órgão de
 164 saúde se recuse a dar atendimento a pessoas indígenas sem documento e recusar atendimento a
 165 pessoas que precisam e a falta de vontade de ir atrás desses documentos com a FUNAI, o Cacique
 166 ou até o Conselho. Ainda relata que será feito um relatório dos próprios conselheiros da sociedade
 167 civil presente. **Eloy/Etnia Guarani:** ressalta a falta de compromisso social com a população da
 168 região, é preciso pressionar os órgãos sem se conformar com as migalhas dadas. **Izaias**
 169 **Benites/Etnia Guarani:** relata a necessidade de solicitar kits moradias da FUNAI na região, pois já
 170 foi feito o pedido e não sabe como é pra fazer essa entrega. **Encaminhamento:** solicitar a FUNAI
 171 que forneçam kits moradias para região, pontuar que a solicitação já foi feita e é necessário que haja
 172 esclarecimento da falta de resposta e execução. **Daniel/SEDEF:** sugere entrar em contato com a
 173 ALEP para ver a possibilidade de ementa adicionando mais duas cadeiras paritárias, além das que já
 174 estão transitando, sendo a vaga governamental para SESAI e a vaga sociedade civil a definir. **Pauta**
 175 – **Solicitação de informação das condições das estradas de acesso as comunidades de Guaíra e**
 176 **Terra Roxa.** **Eloy/Etnia Guarani:** explica o conteúdo do ofício de resposta do município de Terra
 177 Roxa relatou que as vias estão em bom estado e está sendo disponibilizado caminhão para
 178 fornecimento de água. A foto fornecida não está com uma nitidez muito boa para atestar a
 179 veracidade. **Izaias Benites/Etnia Guarani:** relata que as estradas até a entrada estão com
 180 manutenção, as internas não. **Daniel/SEDEF:** sugere encaminhamento: aguardar a resposta de
 181 Guaíra e então juntar fotos das estradas e oficiar o Ministério Público. Encerrado as câmaras
 182 técnicas, segue para pautas gerais. **Pauta 9 – Plano de Políticas Públicas:** **Gustavo Mussi/Ccivil:**
 183 explica que a SEMIPI havia se comprometido em fazer um curso de formação com os conselheiros
 184 em dezembro do ano passado, mas as estradas estavam fechadas e foi cancelado. Agora o curso está
 185 previsto para outubro, há uma problemática em relação a isso devido a necessidade de construção
 186 do plano de políticas públicas. Sugere a contratação de uma consultoria especializada para fazer o
 187 plano e que o conselho faça um acompanhamento formativo do processo, com essa estratégia o
 188 conselho ganhará tempo para confecção do plano. Além disso sugere que os representantes da
 189 sociedade civil façam um levantamento das necessidades de suas regiões a ser passado para SUDIS,
 190 que por sua vez vai compilar essas informações e ver onde podem ser colocadas no orçamento e
 191 então passar a Casa Civil que vai por num agregado e apresentar no orçamento do ano que vem, e já
 192 sinalizar quais vão ser garantidas. Incluir nesse sistema as prioridades pontuais e quais necessitam

193 de programas e projetos para execução. **Luiz/COPCT:** Informa que houve uma reunião na semana
 194 passada para se tratar de fechar contrato com as universidades para confecção dos pré-projetos com
 195 base no relatório da conferência. Foi autorizado por parte da secretaria e já está em tramite para
 196 entrar em contato com as universidades e com grupos multidisciplinares de professores e estudantes
 197 para formularem um pré-projeto a ser apresentado ao conselho para que se sugiram alterações.
 198 Sugere que o conselho solicite a abertura para que acompanhem o processo de perto, considerando
 199 que será feito por universidades com pessoas renomadas na área e seria feito com eficácia. **Gustavo**
 200 **Mussi/CCivil:** sugere uma comissão de acompanhamento da formulação do pré-projeto a ser ainda
 201 apresentado na plenária para aprovação final. **Encaminhamento:** solicitar a SEMIPI que uma
 202 comissão temporária do conselho acompanhe a confecção do plano de políticas públicas da
 203 universidade para fazer a mediação com a plenária do conselho. Comissão: Eloy, Adriano, Izaias,
 204 Miguel, Wallace/Everton, Geovane/Everton; Gustavo Mussi - SUDIS, Dulcinéia - SETI, Sauri -
 205 FUNAI, Felipe - SEMIPI, Bruno/Schirle - SEDEST/IAT, Daniel - SEDEF. **Gustavo Mussi/CCivil:**
 206 reforça a importância dos conselheiros recolherem as demandas das suas regiões para levar ao plano
 207 de políticas públicas, estabelecendo uma prioridade, pois, nem tudo poderá entrar.
 208 **Encaminhamento:** os conselheiros precisam fazer o levantamento das prioridades de suas regiões e
 209 enviar ao e-mail da coordenação até dia trinta de abril. **Pauta 8 - Mudança do Formato do**
 210 **Primeiro dia de Reunião: Secretária Executiva/Taise Alessandra Passos:** explica como
 211 funcionam os formatos das reuniões normalmente, porque foi feito de maneira diferente dessa vez.
 212 Normalmente, no primeiro dia de manhã são as câmaras técnicas, e depois as plenárias a tarde e no
 213 segundo dia inteiro. No conselho de Povos e Comunidades Tradicionais eles fazem um pouco
 214 diferente: no primeiro dia de manhã tem uma reunião separada entre sociedade civil e
 215 representantes governamentais, assim pode ter um alinhamento das partes, na parte da tarde são
 216 feitas as reuniões das câmaras e só no segundo dia tem a plenária. A proposta é fazer nesse mesmo
 217 formato, assim os conselheiros podem se reunir, até porque os conselheiros estavam reclamando
 218 que fazia tempo que não se reuniam e nas reuniões não conseguem. Aprovado por unanimidade.
 219 **Pauta 11 - Solicitação de inclusão de uma vaga para indígena nos núcleos de educação:**
 220 **Secretária Executiva/Taise Alessandra Passos:** essa solicitação surgiu pelo conselho, porém tinha
 221 ficado encaminhado da solicitação sair da comunidade e ir para o Núcleo Regional de Educação
 222 específico que atende a comunidade, após um tempo, o assunto surgiu novamente em uma reunião
 223 de lideranças indígenas, representantes do conselho e representantes da SEED, então incluiu em
 224 pauta para ser discutido novamente o posicionamento do conselho. **Encaminhamento:** encaminhar

225 ofício de solicitação de vaga para indígena nos NRE. Pauta 10 - Reintegrações de posse em
 226 **Itaipulândia e Santa Helena:** **Gustavo Mussi/CCivil:** existe um mandato de reintegração de posse
 227 de propriedades do estado, onde existem comunidades indígenas, nas cidades de Santa Helena e
 228 Itaipulândia. Foi discutido em uma reunião extraordinária do conselho, porém não ficou nítido o
 229 encaminhamento da pauta para oficiar ou não com a solicitação de suspensão de reintegração de
 230 posse. **Encaminhamento:** fazer ofício a SEAP solicitando a suspensão da reintegração de posse.
 231 **Pauta 13 – Edital de Chamamento de Vagas no Conselho:** **Secretaria executiva/Taise**
 232 **Alessandra Passos:** explica que toda vez que alguma vaga fica vazia no conselho precisa chamar
 233 um edital para preencher, e no momento tem duas vagas de suplência abertas uma para etnia
 234 Kaingang e outra para Etnia Guarani, mas as vagas que vão abrir quando aprovar a alteração da lei,
 235 para etnia Xetá. Será preciso montar esse edital e para isso é preciso também estabelecer quais serão
 236 os critérios para que ela monte uma minuta apresente para aprovação da plenária. **Felipe**
 237 **Kamaroski/SEMPI:** sugere a criação de uma comissão temporária para tratar do assunto, esse
 238 grupo pode avaliar vários editais e tirar o que for oportuno para oferecer a plenária em trinta dias.
 239 **Encaminhamento:** comissão para definir critérios do edital de chamamento. Integrantes: **Felipe –**
 240 **SEMPI, Miguel, Daniel – SEDEF, Eloy.** **Pauta – Caso de misoginia na câmara de vereadores**
 241 **de São Jerônimo da Serra:** **Eloy/Etnia Guarani:** Explica o caso que ocorreu dentro da câmara de
 242 vereadores de São Jerônimo da Serra com a vereadora Flávia, a primeira vereadora indígena e a
 243 primeira vereadora mulher do município. Ela relatou um caso de machismo cometido por um outro
 244 vereador dentro da câmara no qual ela se sentiu agredida, o papel do conselho seria demonstrar
 245 apoio a vereadora e repúdio a fala. Na fala ele comparou a mulher, não só a mulher indígena, a vaca
 246 que procria e aquelas que não procriam merecem uma marretada na cabeça. Uma fala muito
 247 violenta e sugere uma moção de apoio a deputada e nota de repúdio, assim como que chegue a
 248 secretaria para que ela se manifeste. **Gustavo Mussi/CCivil:** sugere que o conselho solicite à
 249 câmara de vereadores a abertura de um processo disciplinar por quebra de decoro contra o
 250 deputado, assim como uma informação/denúncia ao Ministério Público. Aprovado por
 251 unanimidade. **Encaminhamento:** ofício ao ministério público, a SEMIPI, à câmara municipal e ao
 252 conselho da mulher, e ao partido do vereador, solicitando que tomem as providências cabíveis ao
 253 caso. **Daniel/SEDEF:** se voluntariou a escrever os encaminhamentos. **Márcia/AMIOR:** Faz a
 254 leitura da carta de repúdio feita pela AMIOR. **Miguel Alves/Etnia Kaingang:** realiza o
 255 encerramento da reunião, celebrando a primeira reunião descentralizada e agradecendo a
 256 comunidade pela recepção, as lideranças e todas as pessoas presentes. Para encerrar a reunião houve

257 um canto e dança tradicionais Guarani. Esta ata foi lavrada por Ge Figueiredo, estagiária da
258 Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná e revisado pela Secretaria Executiva
259 do Conselho Estadual dos Povos Indígenas Taíse Alessandra Passos.